

# beminformado

jornal informativo do Iepha-MG | Governo do Estado de Minas Gerais

abril 2018

## Antiga Escola de Aprendizes Marinheiros, em Buritizeiro, é memória simbólica da região

págs. 4 e 5

Além deste importante tombamento, na primeira reunião de 2018, o Conep, consolida normas do ICMS Patrimônio Cultural

MALA DIRETA POSTAL  
BÁSICA  
9912261467-2015-D/MG  
IEPHA/MG  
CORREIOS

# A construção das políticas públicas para preservação se faz com ações permanentes

*O município de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, reúne um vasto e rico universo patrimonial, com diversos bens tombados neste sítio histórico, regido pelo Decreto-lei nº 25/1937, lei municipal nº 2824/2003. São igrejas e acervo de bens integrados, e sobretudo, expressiva imaginária, marcada pelo trabalho de artistas diamantinenses. O patrimônio imaterial, sob lei nº 3860/2014, registra os bens: modo de fazer o bolo de arroz; Festa do Divino Espírito Santo; Guarda Romana; ampliam visão de patrimônio para além “da pedra e cal”.*

*A preservação do patrimônio é importante para o município e para a população, que sabe do valor de seus bens; inserida no circuito turístico do Estado, urge em ações contínuas de preservação e proteção. O poder executivo, via Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, alinhado à política estadual do Iepha-MG vem implementando*

*ações de preservação, proteção e conhecimento do patrimônio cultural.*

*Elegemos aqui, o registro de ações permanentes, na construção de política pública: Programa municipal de educação patrimonial “De olho no patrimônio”; implantação de sistema on-line de registro, “Cadastro Cultural”; criação do espaço “Subterrâneo Cultural”; atividades de grupos culturais; festival gastronômico “Garimpando Sabores”; integração e identidade cultural dos distritos; projeto “Viva Santos Reis-Cortejos de Fé”; circuito das folias de reis; lançamento de editais*

*públicos para grupos culturais. O patrimônio diamantinense é reflexo da vida de sua população. Assim, se procura efetivar o lema da administração: “Nosso maior patrimônio é você”.*

*Prefeito Juscelino Roque*



A preservação do patrimônio é importante para o município e para a população, que sabe do valor de seus bens

## EXPEDIENTE

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais  
Fernando Damata Pimentel  
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais  
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira  
Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais  
Angelo Oswaldo de Araújo Santos  
Secretário Adjunto de Estado de Cultura de Minas Gerais  
João Batista Miguel

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente  
Michele Abreu Arroyo  
Diretora de Conservação e Restauração  
Soraia Aparecida Martins Farias  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças  
Luiz Guilherme Melo Brandão  
Diretor de Promoção  
Fernando Pimenta Marques  
Diretora de Proteção e Memória  
Françoise Jean de Oliveira Souza

### BEM INFORMADO

Jornalistas responsáveis  
Leandro Henrique Cardoso (16780)  
Sandra Nascimento (4088)  
Samuel Lima (estagiário)  
Revisão  
Isa Maria Marques de Oliveira  
Supervisão editorial  
Paula Senna  
Projeto gráfico  
Ana C. Bahia  
Diagramação  
Alexander Alves Ribeiro  
Fotos  
Acervo Iepha-MG  
Impressão e acabamento  
Imprensa Oficial  
Tiragem  
1.000 exemplares





Foto: Lincoln Zambietti

## Deliberação do Conep incentiva os municípios a criarem legislação específica para os circos

Incentivos às famílias circenses vão pontuar no ICMS Patrimônio Cultural

Uma decisão inédita e de grande importância para as tradições populares foi deliberada durante a primeira reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - Conep em 2018. A partir de agora, os municípios mineiros podem ter uma legislação específica para a instalação, licenciamento e acesso aos serviços públicos em geral para os circos. Este incentivo será um dos fatores de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural. Para a presidente do Iepha-MG, Michele Arroyo, o circo deve ser visto como tradição que tem valor cultural e histórico para o estado.

“O objetivo é que as prefeituras se estruturarem para que tenham legislação, decreto ou lei específica, que facilite e incentive a instalação e permanência do circo na cidade”, pondera. “Pode ser a facilitação de emissão de alvará de localização, isenção de taxas, liberação de instalação de fornecimento de água no local, assim como acesso a outros serviços públicos em geral, como ingresso à rede educacional e à rede de saúde pública para a família

circense durante os meses em que o circo estiver na cidade, dentre outros”, enumera Arroyo.

De acordo com a deliberação normativa do Conep, a família circense deve ser entendida como um grupo culturalmente diferenciado que possui forma própria de organização, ocupa e usa território específico sendo condição para sua reprodução cultural, social e econômica, utilizando conhecimentos e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

O secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Angelo Oswaldo, que também preside o Conselho Estadual de Política Cultural (Consec), afirma que a pontuação do ICMS Patrimônio Cultural é de grande importância como estímulo, para que os municípios implementem a Lei do Circo. “Desta forma, o circo é reconhecido como patrimônio cultural e tem seus direitos fundamentais garantidos”, completa. *Leia mais na página 6.*



## Símbolo de uma era, prédio da antiga Escola de Marinheiros, em Buritizeiro, é tombado

Decisão do Conep oficializa o reconhecimento histórico e arquitetônico da edificação, onde hoje funciona um Centro Educacional da Fundação Caio Martins - Fucam

A edificação da antiga Escola de Aprendizes Marinheiros, em Buritizeiro, na região Norte de Minas Gerais, agora é patrimônio cultural tombado. A decisão do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep, no último dia 20 de fevereiro, foi unânime, e é pelo reconhecimento do valor arquitetônico e histórico da edificação, que hoje abriga um Centro Educacional da Fundação Caio Martins - Fucam.

“A antiga escola tem uma importância simbólica viva até hoje no imaginário das pessoas da região”, considera Michele Arroyo, presidente do Iepha-MG. Ela ressalta que a existência desta escola naval revela que o estado já tinha políticas públicas voltadas para a formação de marinheiros e a utilização não apenas da área marítima, mas também dos rios navegáveis para transporte de

mercadorias e transporte de pessoas. “Isso é muito importante em função de grandes rios que temos nesta região, como o Rio das Velhas e o Rio São Francisco. Observamos que existia um posicionamento estratégico dessa antiga escola junto de uma ferrovia, exatamente para propiciar esse crescimento dessa região”, destaca.

Fundada em 1913, a antiga Escola de Aprendizes Marinheiros fica na margem esquerda do rio São Francisco, no lado oposto ao porto de Pirapora, no município de Buritizeiro. A finalidade da instituição era o fortalecimento da defesa nacional por meio do aparelhamento da Marinha e da renovação da força de sua mão de obra, desde 1840. Até dezembro de 1920, quando o governo determinou seu fechamento, funcionou como a única escola de aprendizes marinheiros no estado.



Fotos: Acervo Iepha-MG





O projeto dos prédios é de autoria do arquiteto italiano Miguel Micussi, que teve escritório em Belo Horizonte e foi o responsável por diversos projetos na cidade de Pirapora. As características materiais e de criação artística das edificações mostram que Micussi projetava as edificações com conhecimento artístico e clareza de concepção, de acordo com as correntes artísticas do momento. A construção foi iniciada em 1910, com a execução a cargo do Capitão de Fragata Dr. Tancredo Burlamaqui de Moura, e sua qualidade técnica estava em sintonia com o que se fazia em centros urbanos maiores, conectados à região pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

O conjunto arquitetônico se distingue por ter abrigado também outras instituições de importância para a região: a partir de 1922, o Hospital Regional Carlos Chagas, referência na luta contra as epidemias que assolavam o sertão são-franciscano e, a partir de 1952, o Centro Educacional de Buritizeiro da Fundação Caio Martins –Fucam, ainda hoje prestigiada instituição de ensino em Minas.

## ICMS Patrimônio Cultural

Nesta primeira reunião do Conep de 2018, os conselheiros deliberaram também algumas alterações pontuais nas normas para a apresentação da documentação relativa ao ICMS Patrimônio Cultural. Trata-se da consolidação de um processo que começou em 2015, início da atual gestão, e busca implementar uma política que facilite o acesso e permita uma distribuição mais equânime dos recursos advindos do ICMS Patrimônio Cultural. “A política implementada nessa gestão contribuiu muito para uma divisão mais democrática do retorno desse orçamento do ICMS aos municípios que pontuavam muito pouco ou não tinham acesso aos recursos advindos do ICMS Patrimônio Cultural”, avalia a presidente do Iepha-MG. “Foi feito um movimento por parte do Iepha-MG e do Governo do Estado para incentivar os municípios que não tinham ações de preservação do patrimônio cultural passassem a ter”, afirma Arroyo.

A Escola de Aprendizes Marinheiros é de 1913, e fica na margem esquerda do rio São Francisco, no lado oposto ao porto de Pirapora. O projeto dos prédios é de autoria do arquiteto italiano Miguel Micussi, que teve escritório em Belo Horizonte e foi o responsável por diversos projetos na cidade de Pirapora. Fotos: Acervo Iepha-MG.



Fotos: Acervo Iepha-MG



# “Minas Gerais está dando o exemplo com a política pública de incentivo ao circo”

Para a defensora dessa tradição popular, cidadão é o maior beneficiado



*Diretora da área de circo do Sindicato dos Artistas de Minas Gerais, Sula Kyriacos Mavrudis é uma defensora obstinada do circo. Filha de pais gregos, ela passou a infância de cidade em cidade pelo interior do Brasil e encontrou no circo um espelho de sua própria identidade. À frente de projetos como a “Encicopédia” e a “Cidade do Circo”, ela luta incansavelmente para manter viva essa tradição. Nesta entrevista, Sula comenta a deliberação do Conselho Estadual de Patrimônio (Conep).*

## 1. Qual a importância dessa deliberação do Conep para as famílias circenses e para os municípios?

A inclusão do circo no ICMS Patrimônio Cultural muda totalmente a forma de o circo se relacionar com os municípios, pois cria um interesse econômico por parte da cidade, já que ela vai receber o repasse, por parte do Governo do Estado, do ICMS. Mas o maior beneficiado são os cidadãos. Por onde o circo passa, movimenta a economia local e a vida social e cultural da região.

## 2. Você tem conhecimento de outras políticas públicas que sejam favoráveis às famílias circenses em Minas Gerais e/ou no Brasil?

Ainda não existia no Brasil políticas para o circo e Minas Gerais está dando o exemplo, com a pontuação no ICMS Patrimônio Cultural. A decisão do Conep já está percorrendo o país, pelas mãos de inúmeros circenses e Associações de Circenses.

## 3. Quantas famílias circenses existem no Brasil?

Em Minas, por estimativa, já que o circense foi ignorado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, temos mais de 1.500 famílias. Elas estão divididas em cerca de 70 a 80 circos.

## 4. Quais as maiores dificuldades encontradas pelas famílias circenses durante a permanência nos municípios?

Em 300 anos de circo no Brasil, a maior dificuldade foi conseguir autorização dos municípios para entrar, instalar sua lona para realizar seu espetáculo, para garantir seu direito ao trabalho, pois os circenses vivem exclusivamente da renda da bilheteria. Há uma crença crônica de que os circos cobram caro, que levam o dinheiro da cidade.

## 5. E o que acontece realmente?

O circo gasta muito para entrar em cada município, onde permanece apenas uma ou duas semanas. Para isso, o circense paga, em cada localidade onde monta sua lona, o alvará de funcionamento, o projeto de segurança para solicitar a vistoria dos bombeiros, a taxa de vistoria, impressão de material gráfico de propaganda, limpeza e até terraplanagem do terreno onde vai instalar a lona, dentre outros. Sem esquecer que é na cidade que compram os produtos que vendem na praça de alimentação do circo.



## FOLIAS DE MINAS, ARTE EM BARRO E VIOLAS: CADASTRAMENTOS CONTINUAM NO SITE

O Iepha-MG continua realizando três cadastramentos por meio do seu site para seus estudos dos seguintes temas: "Folias de Minas", "Arte em Barro - Cerâmica do Vale do Jequitinhonha" e "Violas: o fazer e o tocar em Minas Gerais". O cadastro auxilia na abrangência dos estudos, coletando informações em todo o estado. O Inventário das Folias de Minas mapeia folias, ternos e charolas. O artesanato em barro feito no Vale do Jequitinhonha e suas influências é o estudo que vai possibilitar reconhecer o artesanato em barro da região como patrimônio cultural de Minas Gerais. Com o objetivo de reconhecer o fazer e o tocar de violas como patrimônio cultural de Minas Gerais, o cadastro ajuda a catalogar violeiros (as) e fazedores (as) em Minas. Acesse o site [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br). Outras informações na Gerência de Patrimônio Imaterial do Iepha-MG. O endereço do email é [imaterial@iepha.mg.gov.br](mailto:imaterial@iepha.mg.gov.br) e o telefoné é (31) 3235-2882.

## CIRCUITO LIBERDADE GANHA NOVO PORTAL

O Iepha-MG lançou o novo site do Circuito Liberdade, com o endereço [www.circuitoliberalde.mg.gov.br](http://www.circuitoliberalde.mg.gov.br). A arquitetura de informação e o design da plataforma foram elaborados após pesquisas em portais de projetos culturais do Brasil e de outros países, levando em consideração as especificidades do conjunto da Praça da Liberdade e as demandas de usuários e parceiros. Com uma linguagem atual, que busca acompanhar as inovações tecnológicas, o novo portal eletrônico foi planejado para atender às necessidades dos diferentes perfis de usuários, que poderão acessá-lo de qualquer lugar pelo tablet ou smartphone. A interface busca dar mais destaque aos espaços culturais que compõem o Circuito Liberdade, na Praça da Liberdade, e às ações em rede desenvolvidas pelo Governo do Estado no local.

## ACERVO DE IGREJAS É RESTAURADO NO PROJETO EXTRAMUROS

Você sabe o que é o Projeto de Preservação Extramuros? É o resultado de uma parceria, por meio do Termo de Cooperação, entre o Iepha-MG e o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFMG (Cecor), com apoio do Ministério Público de Minas Gerais, para a conservação e restauração de 21 obras que integram o acervo de igrejas tombadas pelo Estado e consequentemente sua devolução às comunidades. Em 2017, foram devolvidas peças pertencentes aos municípios de Couto de Magalhães, Cipotânea, Piranga (Sede) e o distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (Piranga). O Termo de Cooperação do Projeto Extramuros ainda encontra-se em vigência, devido aos procedimentos de finalização de algumas peças e seu processo de devolução.

Foto: Acervo Iepha-MG





## Iepha-MG celebra o centenário de Assis Horta, que eternizou parte do patrimônio de Minas

O fotógrafo integrou a primeira equipe do Instituto e o acervo tem raridades como o registro de Burle Marx e Luciano Amédee Péret trabalhando juntos

Aos cem anos, completados no último dia 28 de fevereiro, o fotógrafo Assis Horta é uma memória viva do patrimônio cultural de Minas Gerais. Ele fez parte da primeira equipe do Iepha-MG nos anos 1970 e é dono de uma expressiva produção fotográfica. O acervo do fotógrafo nos arquivos do instituto guarda registros históricos, que revelam um período importante da história do patrimônio cultural mineiro. Por meio do olhar sensível de Horta, este legado também ocupa um lugar na memória afetiva dos mineiros.

Registrou, dentre outros, o paisagista Burle Marx (1909-1994) e o arquiteto Luciano Amédee Péret - que foi presidente do Iepha-MG de 1979 até 1983 - em campo, durante a requalificação dos jardins dos Passos do Santuário Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas. As fotos trazem os dois trabalhando no local, em registros singulares, que contam parte da história da preservação do patrimônio mineiro.

Nascido em Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, onde começou a fotografar ainda adolescente, Horta manteve na cidade um estúdio fotográfico, o Photo Assis, de 1936

até 1967, mas parte de sua carreira esteve diretamente ligada ao patrimônio. Na década de 1930, paralelamente ao seu trabalho no estúdio, ele foi contratado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (na época, chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan) para acompanhar a proteção do patrimônio cultural na região diamantinense. O material reúne imagens raras e históricas. No final dos anos 1960, Assis Horta mudou-se para a capital mineira, onde mora até hoje.

Os registros em 3x4 de trabalhadores brasileiros também tornaram Assis Horta um precursor da salvaguarda da memória da nossa classe operária.

Nos anos 1940, o então presidente da República Getúlio Vargas criou a carteira profissional com foto e Horta produziu centenas de retratos, que, inclusive, já foram reunidas em exposição, que passou por várias cidades brasileiras. Em Belo Horizonte, a mostra foi exibida, em 2015, no Palácio das Artes.